

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE UMA INDÚSTRIA ECOLÓGICA

Li que abriu um concurso para a “indústria verde”. De que se trata?

O PRR abriu um concurso para Apoio ao Desenvolvimento de uma Indústria Ecológica, inserido na componente C21 - REPowerEU. Podem candidatar-se empresas de qualquer dimensão ou forma jurídica, localizadas em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas, com projetos de produção tecnológica no âmbito das energias renováveis. Este apoio destina-se a investimentos em setores-chave para a transição energética e para uma economia neutra em carbono, nomeadamente:

1. produção de equipamentos pertinentes para a transição climática, que devem estar diretamente ligados à energia solar fotovoltaica e à energia solar térmica, aos eletrólisadores e às células de combustível, à energia eólica terrestre e às energias renováveis ao largo, ao biogás/biometano sustentável, às baterias e ao armazenamento, à captura e armazenamento de carbono, às bombas de calor, à eficiência energética, à energia geotérmica ou a soluções de rede;

2. produção de componentes essenciais, concebidos e utilizados principalmente como insumos diretos para a produção dos equipamentos acima referidos;

3. produção ou recuperação de matérias-primas críticas conexas,

necessárias para a produção dos equipamentos e dos componentes essenciais definidos nas alíneas anteriores, não incluindo mineração e extração.

São condições de acesso, entre outras:

O promotor possuir um estabelecimento industrial, legalmente constituído, e não ter, nos dois anos anteriores, procedido a uma realocização para o estabelecimento do projeto;

O promotor não ser uma “empresa em dificuldade”;

Manter os investimentos na área em causa durante pelo menos cinco anos, ou três anos no caso das PME, após a conclusão do investimento;

Demonstrar que da operação resultam processos ou produtos com um nível de maturidade tecnológica avançada, determinando-se como nível de maturidade tecnológica mínimo um TRL igual ou superior a 7;

Garantir o cumprimento do Princípio de Não Prejudicar Significativamente (“Do No Significant Harm” – DNSH);

Apresentar uma despesa mínima elegível de 2.500.000€;

Iniciar a execução após a candidatura e concluí-la até

30/06/2026.

O incentivo não reembolsável encontra-se ao abrigo do RGIC, com as seguintes taxas máximas de apoio:

a) Custos de investimento em ativos corpóreos e incorpóreos

- Taxas de apoio para Não PME: Norte, com exceção de Matosinhos; Centro, com exceção das regiões Beiras e Serra da Estrela e Médio Tejo; e Alentejo, com exceção das regiões Alentejo Litoral e Alto Alentejo: 30%
- Beiras e Serra da Estrela, Alentejo Litoral e Alto Alentejo, Médio Tejo e Matosinhos: 40%
- R.A. Açores e Madeira: 50%
- Regiões «c» do Mapa de Auxílios Regionais 2021-2027 não predefinidas: 15%

b) Majorações:

- Médias empresas: 10%
- Pequenas empresas: 20% (apenas em projetos com custos elegíveis ≤ 50M€)

b) Outros custos não financiados no âmbito das categorias de auxílios do RGIC anteriormente referidas – limitados pelos Auxílios de Minimis. As candidaturas encontram-se abertas até 26 de junho de 2025.

www.sibec.pt

sibec@sibec.pt

228 348 500



Nesta edição

05

Atualidade

Método PISA permite inovar com simplicidade

10

NE

Parcerias público-privadas podem resolver o problema da habitação em Portugal

20

NE

Grupo Fuchs investe anualmente 106 milhões de euros em I&D

Atualidade	Pág. 04	Formação	Pág. 21
Porto e Matosinhos cooperam no The World Battle 2025		Escola internacional em Oeiras lança projeto de internato	
Atualidade	Pág. 07	Fiscalidade	Pág. 22
Exportações portuguesas de calçado sobem para 453 milhões de euros		AT considera valor patrimonial como custo de aquisição para cálculo de mais-valias	
Opinião	Pág.08	Fiscalidade	Pág. 23
Eleições: governabilidade à vista		TI e ENI – Obrigações de registo	
Negócios e Empresas.	Pág. 11	Mercados	Pág. 27
Carlos Tavares recebe Prémio Carreira FEP 2025		“Portugal já uma potência no azeite, mas precisa de dar o salto na valorização”	
Negócios e Empresas.	Pág. 19	Automóvel	Pág. 31
Casa Cofil Porto aposta na inovação		Grupo Auto-Industrial introduz marca Changan em Portugal	

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: • NIF: 507258487 • DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA: Herdeiros de João Carlos Peixoto de Sousa – 40,61%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 13,96%; Pedro Manuel Marinho Peixoto de Sousa - 10,99%• ADMINISTRAÇÃO: João Luís Peixoto de Sousa • DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa • REDAÇÃO Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; PAGINAÇÃO Célia César, Flávia Dias • SEDE DA REDAÇÃO: Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional). Fax. 222 058 098 • ESTATUTO EDITORIAL: https://www.grupovidaeconomica.pt/pt-pt/ficha-tecnica-vida-economica • PUBLICIDADE PORTO Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • ASSINATURAS Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; IMPRESSÃO Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax: 229 485 631 DISTRIBUIÇÃO VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 (chamada para a rede fixa nacional) - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS



TIRAGEM CONTROLADA PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE 102.170 EXEMPLARES, EM DIGITAL E PAPEL

4000 Município (Porto) TAXA PAGA

Depósito Legal nº 33 445/89
ISSN 0871-4320
Nº Registo na ERC: 109 477

FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Os Governos têm sempre pela frente desafios estratégicos, e o futuro Governo terá, no nosso país, uma agenda ambiciosa mas exigente. O futuro Governo terá um papel central no apoio à modernização da nossa economia e na mobilização da sociedade para novos patamares estratégicos de excelência nas diferentes áreas de atuação. Com o futuro Governo, Portugal terá de dar o salto para a fronteira da competitividade global e, para tal, será determinante, mais do que nunca, um verdadeiro contrato de concertação estratégica que envolva a sociedade como um todo.



ECONOMIA MAIS

MAIS COMPETITIVIDADE – Está mais do que consolidada a mensagem da urgência da dimensão competitiva na matriz de desenvolvimento nacional. Impõem-se dinâmicas efetivas de aposta na tecnologia, ao nível da conceção de novas ideias de serviços e produtos, e da construção e participação ativa em redes internacionais de comercialização e transação de bens e serviços.

MAIS TERRITÓRIO – Portugal tem uma oportunidade única de potenciar um novo paradigma de cidades médias, voltadas para a qualidade, a criatividade e a sustentabilidade ecológica. Um Programa Territorial para a Modernidade é vital para dar conteúdo estratégico à ocupação dessas cidades médias e à nova vontade de também saber apostar no interior.

MAIS CULTURA – Portugal tem uma forte cultura alicerçada no potencial histórico da língua. É um ativo único. Um Programa Global da Cultura Portuguesa tem de saber dinamizar, de facto, nos grandes circuitos internacionais, a apetência pela prática e consumo dos muitos produtos culturais nacionais disponíveis. A cultura da língua portuguesa tem de contribuir para a criação de valor para o nosso país.



ECONOMIA MENOS

DESAFIOS IA – Têm sido muitas as iniciativas realizadas um pouco por todo o país para discutir os impactos que a IA tem e terá, cada vez mais, na organização da nossa sociedade e da nossa economia. Falta, contudo, uma verdadeira abordagem integrada sobre o tema, que envolva em rede organizações e pessoas, com a apresentação de soluções mais práticas.

AGENDA CAPITAL – O tema do território e da necessidade de ter políticas ativas de captação de investimento, de capital e de pessoas para uma agenda de valor está na ordem do dia – será cada vez mais importante reforçar a aposta estratégica nesta agenda, com efeitos ao nível da coesão territorial e social.

FUTURO EMPRESARIAL – O tema do financiamento das empresas será crítico nos próximos tempos. Neste contexto de uma agenda económica incerta e complexa, em termos geoestratégicos, será fundamental assegurar mecanismos de apoio financeiro aos projetos e demais iniciativas que sustentem o crescimento empresarial.